



ANÁLISES CLÍNICAS
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Marcelle de Oliveira Costa

A ORIGEM DA TRANSIÇÃO DE REFUGIADOS AO BRASIL:
RAZÕES DA GRANDE CRISE VENEZUELANA

Rio de Janeiro
2019

Marcelle de Oliveira Costa

A ORIGEM DA TRANSIÇÃO DE REFUGIADOS AO BRASIL:

RAZÕES DA GRANDE CRISE VENEZUELANA

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz), como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Análises Clínicas.

Orientadora: Renata Rufino Amaro.

Rio de Janeiro

2019

Marcelle de Oliveira Costa

A ORIGEM DA TRANSIÇÃO DE REFUGIADOS AO BRASIL:

RAZÕES DA GRANDE CRISE VENEZUELANA

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz), como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Análises Clínicas.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

(Prof. André Dantas – EPSJV/Fiocruz)

(Prof. Marcello de Moura Coutinho – EPSJV/Fiocruz)

(Prof. Pedro de Araujo Quental – EPSJV/Fiocruz)

*“Mais importante do que interpretar o mundo,
é contribuir para transformá-lo”.*

(Karl Marx)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha orientadora, Renata Rufino, por disponibilizar seu tempo e sua ajuda que foram primordiais na produção e finalização deste trabalho. Sem tal suporte não seria possível realizá-lo.

Em seguida, agradeço meus amigos que foram fundamentais de maneira direta, me auxiliando e proporcionando outras formas de encontrar o conteúdo, além do apoio e motivação no tema escolhido.

Para finalizar, agradeço fortemente a essa instituição por me proporcionar tamanha oportunidade de aprendizado. Foi extremamente importante desenvolver esse trabalho sendo, portanto, uma das melhores experiências da minha vida acadêmica.

RESUMO

A Venezuela é um país pertencente ao continente Sul americano, que possui importantes fronteiras com países como o Brasil. Sua condição econômica inicial foi pautada principalmente no petróleo, o que o fez experimentar uma condição econômica bastante fragilizada, pois todos os outros itens básicos de sua economia precisavam ser importados. Uma vez que o petróleo venezuelano passa a sofrer concorrência direta de outros países produtores, o preço do produto cai vertiginosamente, atingindo diretamente a economia venezuelana, tendo em vista que esse produto é a base da economia do país. Nesse contexto, a situação econômica e humanitária se agrava de tal ordem que a população passa a sair da Venezuela, sobretudo para o Brasil, na condição de refugiada, buscando fugir das precárias condições impostas pela ocasião. Assim sendo, cabe aqui discutir algumas razões para a entrada de refugiados venezuelanos no Brasil e a atual condição dessa população nesse território.

Palavras-chave: Refugiados venezuelanos; Crise na Venezuela; Venezuelanos no Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: VENEZUELA: POLÍTICA E ECONOMIA	10
1.1 ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA E ECONOMIA VENEZUELANA.....	10
1.2 ERA CHÁVEZ E ERA MADURO.....	21
1.2.1 ERA CHÁVEZ.	21
1.2.2 ERA MADURO	25
CAPÍTULO 2: POPULAÇÃO VENEZUELANA RUMO AO BRASIL: MIGRANTES OU REFUGIADOS?.....	28
2.1 VENEZUELANOS: MIGRANTES OU REFUGIADOS?	28
2.2 CONDIÇÕES DOS VENEZUELANOS NO BRASIL.....	30
2.3 INTEGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS AO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Esse tema foi escolhido principalmente pela sua recente ascensão e divulgação midiática, e pela possibilidade de estudo e pesquisa. Além disso, por ser um assunto atual, pode ser capaz de despertar interesse geral, uma vez que a origem de toda a instabilidade na Venezuela pode nos ajudar a pensar, de maneira crítica, como os caminhos políticos podem gerar uma grave crise econômica, além de causar problemas sérios na sociedade de determinado país, já que as populações estão sempre em busca de melhores condições de vida.

Nesse sentido, analisar e compreender a relação existente entre a crise econômica e humanitária da Venezuela e o movimento de saída de venezuelanos em direção ao Brasil, nos remete ao entendimento de que nem todo movimento migratório é realizado de maneira espontânea. Nesse caso, em especial, o movimento de venezuelanos ao Brasil ocorreu (e continua ocorrendo) por conta da crise econômica resultante naquele território, transformando-os em refugiados.

O neoliberalismo, como uma política do sistema capitalista, tem apresentado formas distintas, estabelecendo novas sugestões de inserção sem modificar seu conteúdo de base. Desse modo, implementa a estratégia de criar novos espaços para a acumulação intensa do capital, interferindo de forma imperialista em várias partes do globo, sobretudo na América Latina. As expressões táticas do neoliberalismo se distinguem, minando a persistência ao seu plano e “inovando” dinâmicas e repertórios para permanecer estabelecendo sua total hegemonia como única alternativa.

Analisar as migrações internacionais na visão psicossocial significa observar os sujeitos e priorizar os atores que as compõem (MARTÍNEZ, 2018). Isto é, ressaltar a dimensão subjetiva, para além de classificações relacionadas à tipologias migratórias, nacionalidade, etnia, religião, classe social e gênero – por vezes necessárias do ponto de vista burocrático -, mas, ainda assim, sempre epistemicamente limitadas. Nesse sentido, o escopo socioeconômico ao qual os indivíduos são submetidos ajuda na determinação e na configuração de vida desses grupos.

No aspecto dos refugiados venezuelanos que o trabalho abordará, podemos introduzir tal tema a partir da visão em que o ser humano que sai do seu país é um ser único, que porta uma identidade, construída através da sua história, em integração permanente com o ambiente social, político, econômico e cultural em que viveu ou vive (MAALOUF, 2005), contemplando vários aspectos.

Esse trabalho de conclusão foi baseado no método qualitativo de pesquisa, o qual foi construído baseado em leitura de reportagens de jornais, leitura de artigos e livros. Além disso, foram investigados fatos recentes sobre a política e economia venezuelana, a fim de compreender o que influenciou diretamente na atual situação daquele país.

O objetivo geral foi apresentar de maneira concisa as razões da recente crise econômica e humanitária na Venezuela, que culminou com a migração de venezuelanos ao Brasil. Como objetivos específicos, buscamos investigar a trajetória dos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, a fim de traçar um panorama dos governos estabelecidos e sua relação com a economia, trazendo para a discussão as razões da crise econômica e humanitária que assola aquele país.

No primeiro capítulo será tratado, de forma breve, um dos principais motivos pelo qual a Venezuela se encontra no atual momento de crise econômica e humanitária. Traremos elementos sobre a política e a economia venezuelana, que por certo deram um importante tom à situação vigente. Importante salientar que os efeitos das políticas neoliberais atuais na América Latina têm amplo poder nesse cenário político e econômico. Além disso, abordaremos sobre os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, a fim de discutir suas respectivas condutas e postura internacional frente ao governo venezuelano. Serão ainda, analisados fatores externos que podem ter agravado fundamentalmente na crise venezuelana.

Após estabelecer tais relações, no segundo capítulo, será abordada a vinda dos refugiados venezuelanos para o Brasil. Também será analisada a forma como essas pessoas são recebidas em nosso território e as condições de vida às quais são submetidas ao chegarem aqui.

CAPÍTULO 1 - VENEZUELA: POLÍTICA E ECONOMIA

1.1 ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA E ECONOMIA VENEZUELANA

A Venezuela (oficialmente República Bolivariana da Venezuela) é um país cujo território está localizado na América do Sul e faz fronteira com outros três países, os quais são Brasil, Colômbia e Guiana. Possui área total de 916.445 km², e população estimada em 31.703.499 habitantes (2016), tendo como o principal idioma falado o espanhol, porém também é possível identificar outras línguas como castelhano, línguas indígenas e outros idiomas por conta da influência dos imigrantes. Possui vasta biodiversidade e recursos naturais significativos, principalmente por conta de sua grande reserva de petróleo. Sua moeda é o Bolívar Soberano (Bs.F) e a religião predominante é o catolicismo romano e, em seguida, protestantismo. A capital nacional é a cidade de Caracas, que possui o maior agrupamento populacional do território venezuelano (SANTORO, 2009).

O nome oficial do país faz referência à Simón Bolívar, político, líder militar e grande revolucionário venezuelano, que defendeu valores de paz, liberdade, igualdade e justiça no país por longos anos. Simón Bolívar foi de suma importância para que outros países sul-americanos, além da Venezuela, pudessem obter sua independência, como Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, no qual tinha como principal objetivo a ascensão latino-americana (ACOSTA, 2015).

A Venezuela ingressou no principal bloco econômico da América do Sul, o Mercosul, em 2012, entretanto, desde 2016, o país está suspenso do bloco. O Mercosul, cujo objetivo é constituir um mercado comum, foi criado pelo Tratado de Assunção, de 1991. O artigo 20 do tratado estabeleceu que o bloco estivesse aberto à integração dos demais Estados-membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Estabelece também que a instância de entrada deve ser aprovada por decisão unânime dos Estados-Parte. Porém, o artigo não cita detalhes sobre qual processo deve ser adotado para a adesão de um novo Estado ao bloco Mercosul. Não há qualquer exigência de que ela seja feita por meio de decisão do Conselho do Mercado Comum, de Cúpula Presidencial, ou do protocolo de adesão. Portanto, apenas em 2006, a Venezuela e os quatro Estados-Parte do bloco econômico assinaram o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao bloco citado. O Conselho do Mercado Comum já havia garantido a interpretação mais adequada do Protocolo de Adesão, ao afirmar no dia 30 de julho de 2012, que a Venezuela adquiriria condição de Estado-Parte do Mercosul, participando do processo de integração adquirindo todos os direitos e obrigações dele resultantes.

Antes da suspensão da Venezuela, o Mercosul foi alvo de grandes críticas em 2012 por suposta ampliação ilegal do número de membros no bloco, já que a Venezuela teria entrado de maneira ilegítima (MUNIZ, 2014). Supostamente, a exigência de aprovação por todos os Estados-Parte não teria sido aceita, pois não havia sido ratificado pelo Paraguai. Entretanto, essas críticas não se sustentaram diante de análise juridicamente mais profunda.

A Venezuela apresenta uma condição econômica inicial pautada principalmente no petróleo, o que a fez experimentar uma economia bastante fragilizada, pois todos os outros itens básicos de sua economia precisavam ser importados. Essa fragilidade econômica tem raízes em sua própria história de formação.

A consolidação da Venezuela enquanto país latino-americano foi marcada desde seu início em um movimento de articulação entre política e economia, de maneira que os reflexos desta articulação, em certa medida pouco ajustada, contribuíram para o cenário venezuelano atual. Percebe-se, nesse sentido, um histórico político conturbado permeado por golpes e deposições até as eleições democráticas de 1958 (SANTORO, 2009).

Antes das eleições gerais, em 1958, os partidos *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Electoral Independiente* (COPEI) e *Unión Republicana Democrática* (URD) estabeleceram dois acordos extremamente importantes: *O Pacto de Punto Fijo* e o *Programa Mínimo de Gobierno*. *O Pacto de Punto Fijo*, assinado por Betancourt (AD), Caldera (COPEI), Almirante Wolfgang Larrazábal e Villalba (URD), estipulava que seus signatários comprometeriam-se em se alternar pacificamente no poder, advogando responsabilidades políticas. *O Programa Mínimo*, tinha em suas bases propostas de junção de capital estrangeiro e nacional privado, com mecanismos de compensação para programas como a reforma agrária (NETO AMORIM, 2002).

O AD foi um partido de grande influência no governo venezuelano, mais impulsionado à centro-esquerda com base eleitoral multiclassista, alcançando seu apogeu em 1983 onde conquistou 56,5% das cadeiras no congresso.

Em 1993 houve um novo período eleitoral que cessou a fase bipartidária na política venezuelana. Desse modo, com a nova fase política instituiu-se uma grande mudança no *Pacto de Punto Fijo* como consequência e, a partir da eleição de Rafael Caldera (que não era filiado nem ao AD e nem ao COPEI), expressou toda sua política e campanha eleitoral designada contra esses mesmos partidos, o que os fez eleger 54% dos seus deputados naquele ano.

As interrupções políticas ocorridas nesse ano sucederam diversos momentos dramáticos no território venezuelano nos quatro anos anteriores, dentre eles o “Caracazo” em

1989 (como consequência de altas tarifas) nos transportes públicos, ocasionado por Carlos Andrés Pérez, governador venezuelano de 1974 a 1979 e de 1989 a 1993; as tentativas de golpe de Estado liderado por militares em 1992 e, por fim, a saída de Pérez sob acusação de má utilização de dinheiro público.

Já nas eleições de 1999, não obteve grande resultado e não conseguiu eleger nenhum membro da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Quanto ao COPEI, destacam-se membros cristãos e conservadores, principalmente, praticantes do catolicismo e empresariados. Diferentemente da AD, COPEI é de centro-direita, mas também faz apelo multiclassista. Já se manteve como a segunda maior força do congresso (1963-1998), porém nas últimas três eleições legislativas teve o pior resultado de sua história, alcançando apenas 4,2% das cadeiras no congresso, nos anos 2000 (GUIMARÃES e CARDIM, 2003).

Juntamente a esse cenário turbulento da política já estabelecida anteriormente no território, aumentou-se a instabilidade econômica do país caracterizada por picos de inflação, quedas bruscas e significativas nas taxas de crescimento econômico e, além disso, com o passar dos anos, houve o declínio constante no preço do barril do petróleo no mundo (CORAZZA e MESQUITA, 2018).

O mundo depende do petróleo como principal fonte de energia desde o final do século XIX, e assim tem sido até a atualidade. O petróleo é um recurso natural não renovável e ainda é a principal matriz energética do mundo, apesar de ser um combustível altamente poluente. Entretanto, as reservas petrolíferas não são distribuídas simultaneamente no planeta. Verifica-se que as reservas localizam-se em determinadas áreas específicas do globo e seu consumo, em massa, se concentra nas regiões mais desenvolvidas (PORTO e GUERRA, 2008).

A grande ascensão estadunidense na produção petrolífera a partir de seus avanços tecnológicos, o aumento de produção no território iraquiano e o descobrimento do pré-sal brasileiro, foram alguns dos motivos pelos quais foi possível evidenciar a dinâmica econômica do petróleo no mundo, ora com preços muito altos, ora com preços mais atrativos ao mercado externo. O petróleo obedece a uma geopolítica de caráter extremamente estratégico, sendo então um elemento que auxilia na classificação econômica de países, de acordo com as reservas, produção e refino deste bem (PORTO e GUERRA, 2008). Segundo destacou Rafael Ramirez, Ministro de Energia e Petróleo da Venezuela em janeiro de 2011, “a Venezuela possui as maiores jazidas petrolíferas mundiais e, por conta disso, direcionou todos seus esforços econômicos para esta atividade” (extração, produção e refino).

Sendo então o petróleo a matriz energética mais utilizada no mundo inteiro, seu preço oscila de acordo com o mercado internacional. Estando diante de uma economia baseada

nesse recurso, as relações econômicas internas e externas em um país também ocorrerão ao sabor do mercado capitalista.

Desse modo, a Venezuela perde espaço no mercado internacional por conta da concorrência apresentada, e os diversos países que importam e precisam dessa importante matriz energética, já não dependem tão somente da produção venezuelana para conseguir sustentar suas demandas.

Visto isso, a Venezuela se viu obrigada a baixar os preços de seu barril de petróleo, uma vez que dependia economicamente da exportação deste produto, para conseguir subsidiar sua demanda interna por produtos de primeira necessidade, em sua grande maioria, importados. Porém, como sua economia é totalmente baseada na venda do petróleo e, como foram sendo disponibilizadas outras tantas boas alternativas ao mercado internacional, não havia mais somente a Venezuela para a exportação em massa desse produto. Sua economia foi se agravando e se deteriorando, pois em certa medida, o país sempre esteve à mercê das negociações neoliberais mundo afora, mesmo que em alguns momentos outras alternativas tivessem sido tentadas. Nesse sentido, o neoliberalismo precisa ser trazido para a discussão.

As políticas econômicas neoliberais, propostas e acirradamente defendidas pelos países centrais, defendem a redução da atuação direta do Estado na economia. Implementadas em países periféricos com programas assistencialistas, têm se manifestado de forma negativa nesses países.

Tomando por base o modelo estadunidense, o qual é implantado na América do Sul de forma geral, há grande circulação monetária e altas taxas de exportação e importação. Ao passo que ocorre algum desequilíbrio político, ocorre também desestabilização da economia, já que ambos dependem fortemente um do outro, podendo acarretar crises, como vem ocorrendo na Venezuela. Nesse contexto, ocorreu o grande aumento no preço do petróleo no mundo. A Venezuela tentou então, reanimar a economia, já bastante fragilizada no governo Chávez. Ao baixar os juros e aumentar a liquidez recuperou-se parte da carga tributária total, porém o governo já teria traçado um caminho para o dinheiro arrecadado: o FIEM (Fundo de Investimento para a Estabilização Macroeconômica). Isso implicou no aumento da dívida interna do país (CANO, 2002).

O FIEM é um mecanismo que se baseia na total garantia da estabilidade fiscal da república, evitando que os reajustes no preço do petróleo afetasse diretamente o saldo orçamentário do país, já que a economia se via em estado grave e calamitante. Em 1998, esse mecanismo foi colocado em vigor no governo de Rafael Caldera, presidente em tal contexto. No entanto, em 1999, essa política foi reformada no governo de Hugo Chávez, o qual

estabeleceu que deveria ser economizada metade da receita do petróleo acima de US \$9 por barril (CANO,2002).

Nos anos de 1945 até 1956, a Venezuela aumentou seu produto bruto em 174%, tendo o aumento absoluto ainda maior, de 196%. Esses valores representam grande aumento na economia venezuelana se forem comparados aos países em desenvolvimento, por exemplo, de 1950 até 1956, em que a taxa de crescimento dos bens de serviços disponíveis por habitante era de 5%. Esse valor representa um ritmo acelerado e intenso do que a média de crescimento de outras economias, sendo considerado o ano de 1950 de relativa depressão no país (FURTADO, 2008).

A tendência de estagnação na economia de determinado país é extremamente elevada se não houver mudanças estruturais no seu sistema econômico, sendo importante uma variação de suas forças produtivas. A Venezuela é um dos países que ainda detém grande parte da população empregada no setor agropecuário, sendo de aproximadamente 11%. Apesar de sabermos que comparações devem ser realizadas de forma ponderada e considerando-se as especificidades, se compararmos essa taxa com nações desenvolvidas, como por exemplo, Estados Unidos, Grã Bretanha e Alemanha Ocidental, pode-se verificar uma taxa na agropecuária significativamente mais baixa, portanto ocorre menor desenvolvimento bruto e com baixo valor agregado.

Nesse sentido, observa-se que um dos motivos pelo qual o país possui restrições econômicas ocasionando dificuldades para o mesmo é a alta ocupação e baixo desenvolvimento desse setor, o qual é baseado em apenas uma matéria-prima, o petróleo (FURTADO, 2008). Além disso, a dependência do sistema financeiro imposta pelos países centrais também é outro fator preponderante para esse impasse econômico. Essa dependência se configura principalmente nos moldes neoliberais.

Os países periféricos e em desenvolvimento que adotam o modelo macroeconômico neoliberal tendem a apresentar relativo crescimento, contudo de maneira extremamente desigual. Com isso, ao passo que crescem economicamente, acabam traçando caminhos naturalmente diferentes daqueles trilhados pelos países centrais (CORSI, 2002). Países periféricos estruturados sob modelos neoliberais “crescem, mas não desenvolvem” (FURTADO, 1992), se considerarmos o desenvolvimento como um todo, incluindo e afetando sobremaneira a vida social dos indivíduos. Quanto mais crescem, maiores são os gastos com importações e bens de serviços, visto que para muitos desses países há mais importação do que exportação. Desse modo, esses países se veem frente a um grave problema, o qual os impedem de expandir economicamente, pois em nações desenvolvidas, busca-se um

superávit na balança comercial, ou seja, o alinhamento econômico se dá de maneira que haja mais exportação do que importação. Já em economias periféricas, ocorre justamente ao contrário: evidencia-se quase sempre maior importação de bens e serviços do que exportação, e com isso, a balança comercial está sempre em déficit.

Essas deficiências econômicas persistem em alguns países latino-americanos, como é o caso da Venezuela, apesar de a mesma não poder ser considerada como “um modelo macroeconômico neoliberal”. Contudo, o que se percebe de fato é que a tentativa de fornecer cada vez mais poderes ao Estado, alinhando políticas assistencialistas e ao mesmo tempo, tentar combater o neoliberalismo hegemônico do continente, sobretudo por parte dos Estados Unidos, tem gerado graves problemas. Tais problemas são ignorados por economistas dos próprios países possibilitando um ciclo vicioso de crises econômicas que retornam de tempos em tempos, já que há grande aumento do déficit das transações correntes.

A grande dificuldade de substituição dos produtos importados para suprir as necessidades do país é evidente, pois nesse contexto de desestabilização política e econômica, mesmo os poucos produtos que são produzidos no país não têm incentivos nem investimentos para tal, e sozinho, o Estado venezuelano não dá conta desse processo. Com isso, a produção fica desequilibrada e insuficiente, e, além disso, a atividade perde força, acarretando nas altas taxas de desemprego.

Com isso, é possível inferir que esse modelo de economia nos países periféricos não é cabível, visto que é necessário um grande fluxo de capital externo e o mesmo deve ser permanente e crescente, o que nem sempre ocorre. Essa falta de permanência produz, além do endividamento interno, grande gasto de capital público, tornando a crise altamente capaz de desestabilizar todos os campos fundamentais na estrutura de um país (CORSI, 2002).

Na Venezuela, que serve como exemplificação para todo esse problema enfrentado pelos países periféricos e que, portanto, está em situação semelhante, há maior agravo ainda, uma vez que pautou toda base de sua economia na atividade petrolífera, sobretudo na exportação do petróleo. Isso representava pelo menos 90% da exportação do país nos anos 1970. Dessa maneira, os produtos de primeira necessidade do país eram obtidos a partir das importações, cada vez mais necessárias à subsistência da população venezuelana.

Isso ocorre porque o monopólio capitalista, imposto sobretudo pelos Estados Unidos, faz com que países como a Venezuela entre em estado de estagnação e deterioração, já que são estipulados preços monopolistas em seus produtos. Nesse sistema jamais nenhum monopólio pode, e nem deve, eliminar do mercado internacional (nem temporariamente) a concorrência. As inovações através da diminuição dos custos de produção e o aumento dos

lucros com o aperfeiçoamento técnico atuam em seu favor, mas ainda assim, há certos períodos que a grande crise torna-se inevitável, tomando por base os padrões capitalistas, geradores em potencial de graves crises.

Nas últimas três décadas houve discussões sobre alternativas políticas e sociais que foram de encontro com o pensamento neoliberal, que tomou força por uma grande corrente de pensamento cada vez mais significativa. Não é possível analisar a dinâmica do Estado nos países latino-americanos sem compreender o sistema hierárquico mundial, imposto pelo capitalismo (CERVETTO, 2002).

Nesse contexto, pode-se considerar que a grande acumulação de capital em um pequeno conjunto de nações e a exportação desse capital, é uma das bases mais importantes do imperialismo que o fazem funcionar, acentuando ainda mais a separação completa entre a camada dos rentistas¹ e a produção, obedecendo a exploração do trabalho de alguns países e “colônias” ultramarinos.

As grandes proporções de capital concentrado em poucas mãos em uma rede vasta de relações e vínculos mundiais, e o exagero da luta contra os outros grupos nacionais pela dominação, fazem com que grande parte do conjunto das classes proprietárias dos países periféricos passe para o campo do imperialismo, mesmo que forma compulsória. Publicistas e cientistas burgueses tendem a defender o imperialismo de uma forma discreta, assim escondendo ou ocultando ao máximo seu domínio absoluto e suas raízes profundas, desviando da atenção do essencial por meio de "reformas" (CERVETTO, 2002), que nem sempre são realizadas objetivando verdadeiramente o bem-estar social.

Contudo, o que o torna como algo parasitário e em estado de deterioração é o fato de que monopólios tendem para a dominação, em vez de fazer com que haja maior liberdade econômica e desenvolvimento social entre as nações. A exploração de pequenas e frágeis nações por uma grande quantidade de países mais ricos ou poderosos estabelece uma relação de severa dependência (CERVETTO, 2002). Esse crescimento capitalista rápido e intenso também aumenta a desigualdade principalmente aos países periféricos ou em desenvolvimento, estabelecendo relação de posse e dominação.

Sobre a atual crise venezuelana, podemos dizer que esta ficou marcada a partir do governo antecessor de Nicolás Maduro, presidido por Hugo Chávez (1954-2013), o qual comandou uma política assistencialista, priorizando o acesso à saúde, educação e habitação para a nação venezuelana. Se por um lado Chávez se baseou em uma política populista de

¹ Camada dos rentistas: São àquelas pessoas que vivem da renda proveniente da aplicação de capitais, investimentos, fundos de investimento atrelados à taxa de juros do país e recebimentos.

atenção à sociedade, propondo reforma agrária e fortalecimento dos órgãos públicos através das estatizações, além do fortalecimento do Estado, por outro lado, o presidente restringiu a ação de empresas internacionais e se colocou eleito por tempo indeterminado, criando desde então impasses com as principais potências econômicas internacionais, restringindo inclusive, a entrada das mesmas em território venezuelano.

Essa grande restrição das empresas internacionais dentro desse sistema hegemônico fez com que o país arriscasse sua economia, já que houve a redução da importação e exportação. Portanto, foi uma forma de embargar as relações internacionais e diminuir o vínculo da Venezuela com a globalização econômica, em certo sentido.

Como sabemos, há uma grande disputa de forças entre as potências capitalistas, que articulam-se frequentemente em novas correntes políticas no interior de cada nação e, com toda a concorrência desenfreada inerente ao próprio capitalismo, a grande indústria destruiu a especificidade de cada país, pois agora, um depende do outro, intensificando as relações internacionais, reforçando o processo de globalização e subsequentemente, a fragmentação por ele imposta.

Apesar de todos os países serem reféns das relações internacionais é inevitável dizer que quem comanda esse vínculo são as nações capitalistas centrais e mais poderosas universalmente, fazendo com que esse modelo se torne extremo. Com isso, diversas nações entram em profunda contradição, já que a economia e a política são mundiais. Nesse contexto, alguns elementos da economia ganham destaque no interesse internacional.

Como já foi citado, a Venezuela é o país que possui a maior reserva de petróleo mundial, estando à frente da Arábia Saudita, Canadá, Irã e Iraque. O Brasil, por exemplo, com o pré-sal, possui uma reserva doze vezes menor do que a da Venezuela. Fazendo uma análise de toda a polêmica pautada na crise econômica daquele país, pode-se inferir que a mesma gira em torno da grande área de produção petrolífera no território venezuelano, já que é a principal fonte de energia utilizada e cobiçada por países centrais.

Há que se compreender essas relações de poder impostas pelo neoliberalismo e os impactos dessas relações de forma globalizada, até mesmo levando em consideração a participação popular e o poder das grandes corporações midiáticas para apoiar ou não determinado governo.

Diversos países hoje enfrentam graves crises assim como a Venezuela, por exemplo, países da África ou mesmo outros países latino-americanos. Porém, verifica-se que estes não têm destaque considerável na mídia. Essa grande exposição televisionada de forma negativa sobre determinado país pode nos ajudar a compreender sobre as intenções da mídia quando,

preferencialmente, o ataca de maneira intransigente com notícias mal intencionadas, enquanto não expõe da mesma forma os problemas e as explorações enfrentadas por países africanos, por exemplo.

A Venezuela vive todo esse drama econômico, principalmente, porque tem sido alvo de cobiça das grandes produtoras de petróleo, das principais empresas e, especialmente, do maior consumidor de petróleo, os Estados Unidos. Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos, é responsável por momentos de tensão mundial, uma vez que ameaçou intervir militarmente no território venezuelano (FUSER, 2018).

Politicamente, considerando a América Latina em conjunto, o grande golpe e, portanto, a derrubada de Dilma Roussef em 2016 no Brasil e a grande perseguição judiciária contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, são grandes provas do retrocesso político e da expansão elitista da “direita” no Brasil. Na Argentina o mesmo processo aconteceu com a ex-presidente Cristina Kirchner, sendo esta alvo de acusações incoerentes e instáveis como ocorreu com Lula. No Equador, situações semelhantes também já ocorreram com o ex-presidente Rafael Correa e contra o vice presidente, Jorge Glas, que foi encarcerado em um processo judicial.

Nos processos acima citados, é possível identificar que os maiores protagonistas são exercidos por participações políticas que possuem ligação direta com os setores econômicos neoliberais dominantes durante os séculos XX e XXI, dos mesmos países centrais também já citados (FUSER, 2018). Além disso, verifica-se o alinhamento direto desses protagonistas e as posições da política externa dos EUA, que vem se distanciando em relação aos governos vistos como "populistas" aos olhares dos norte-americanos, e em casos como o da Venezuela, de confronto aberto, deixando as nações imperialistas descontentes com as associações contrárias ao neoliberalismo.

Em cada um desses países, os pactos “anti-esquerdistas” apresentam a mesma configuração política e social, sendo a elite do Poder Judiciário, os principais grupos empresariais midiáticos, as grandes e poderosas organizações patronais, segmentos importantes das classes média e média-alta (o que pode garantir a presença de manifestantes em massa nas ruas, necessária para dar grande dimensão e, portanto, causar um grande alarde) e os conservadores, tudo com o apoio das autoridades e de mecanismos privados estadunidenses. Isso sem contar com a famosa “bancada ruralista”, em se tratando do Brasil.

Quando a mídia mundial destaca que há uma grande crise humanitária na Venezuela, não podemos descartar o fato de que a taxa de migração da América Central para os Estados Unidos tem aumentado e diversos países, assim como a Venezuela, têm enfrentado crises e

parte significativa da população de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Honduras tem feito esse movimento migratório de forma não espontânea. Mesmo em reportagens estadunidenses, que não são nem de longe bolivarianas, é possível identificar as péssimas condições dos imigrantes que são encarcerados nas fronteiras com os Estados Unidos.

Sendo assim, atuam com métodos de ação praticamente idênticos: intensificam-se escândalos políticos, denúncias sem provas contundentes e destituição do governo de forma bruta através da mídia, utilizando todas as brechas. Não se discute projetos ou concepção de teor ideológico, a agenda pública é inteiramente composta por notícias falsas (fake news), rumores e preconceitos (FUSER, 2018).

Alguns pontos comuns marcam a política progressista, vista como uma ideologia "de esquerda" que contrapõe o conservadorismo e elitismo que são geralmente ligados às políticas "de direita". Refere-se ao "progresso social", visto como a conquista e a possibilidade crescente de bem-estar para grande parte da população, ampliação dos direitos e igualdade. Fazendo uma breve referência ao sintético conceito de Norberto Bobbio (1909-2004) seriam "de esquerda" os que encaram a igualdade como algo primordial em sua política; já os "de direita" seriam constituídos por aqueles que priorizam a desigualdade, sendo essa valorizada como positiva e atendente ao sistema capitalista, fruto do processo de construção neoliberal.

No plano econômico das ideias progressistas busca-se o crescimento, mínima dependência possível dos países centrais e ampliação do mercado interno. Já na base social destaca-se inclusão, redução da pobreza e, portanto, da desigualdade, alcançando a melhoria geral das condições de vida da população. Todo esse processo sendo desenvolvido sem romper com as classes dominantes internas e nem com o sistema econômico internacional.

Ressalta-se, ainda, que as políticas progressistas tendem a expandir a ideia de que de que é necessária uma intensa presença estatal na economia para promover e direcionar o desenvolvimento econômico e social (FUSER, 2018). Nesse ponto diferem-se do neoliberalismo que faz com que seja primordial o "deus-mercado" e minimiza o setor público. Outro destaque que pode ser mencionado ao progressismo é a tentativa de recuperação do controle estatal sobre os recursos naturais, principalmente petróleo e gás. Essas gestões colocaram em prática políticas sociais, redistribuição de renda, valorização do trabalho e o favorecimento dos investimentos públicos em saúde, educação, moradia e infraestrutura.

Contudo, podemos dizer que os governos progressistas possuem dois lados que divergem. O primeiro é a política revolucionária, ou socialista, que na Venezuela são classificados como Aliança Bolivariana, que fazem parte da Aliança Bolivariana das Américas (Alba), que foi um projeto impulsionado pela própria Venezuela. Possuem uma

forte ideologia que vai contra os ideais estadunidenses e com as elites domésticas. Por outro lado situam-se os governos denominados de neodesenvolvimentistas (Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e, segundo alguns critérios, o Chile). Estes adotam, em certa medida, uma política de conciliação de classes e possuem uma grande relação com as potências ocidentais, principalmente com os Estados Unidos (FUSER, 2018).

Juan Linz, sociólogo, cientista político espanhol e professor da universidade Yale, argumentou que o regime presidencial da Venezuela sofria de extrema rigidez. Os confrontos de legitimidade presidencial culminaram com golpes e o estabelecimento de regimes autoritários.

Desde o retorno da democracia na América Latina, a ruptura dos mandatos presidenciais têm sido contínuas, não apenas pela ação dos militares, mas por meio de mecanismos constitucionais. Sendo assim, devem ser teorizadas as características que inserem tal instabilidade política nos mandatos presidenciais, crises institucionais e recursos constitucionais disponíveis para sobrepujar tais fatos.

Durante todo o século XX a América Latina se destaca como a única região do mundo em que a supremacia dos Estados Unidos se fundiu de maneira hegemônica e uniforme, sem impedimentos, sem a presença de representantes com maior força política-ideológica para se colocar frente à dominância estadunidense nas esferas cultural, política e econômica.

Contudo, o capitalismo pode ser o grande responsável pela intensificação da pluralidade entre os países, já que o crescimento desse sistema é desigual, causando situações de desequilíbrio econômico e político das nações periféricas. Assim sendo, propositalmente ou não, todo o processo que envolve relações internacionais, ou seja, maior interação entre os países, principalmente os de grande potência econômica mundial, consiste no equilíbrio de forças, portanto, o crescimento destoante do capitalismo influencia de forma extremamente significativa no processo de mudança na força dos países considerados potências mundiais.

Para melhor compreendermos esse contexto político e econômico na Venezuela, que serve como pano de fundo para a atual crise, trataremos a seguir de explicitar brevemente como Hugo Chávez e Nicolás Maduro estiveram desenhando esse contexto político dentro desse importante cenário econômico mundial.

1.2 ERA CHAVES E ERA MADURO

1.2.1 ERA CHÁVEZ

Diversos poderes da supremacia alegam que as sociedades, através do domínio das políticas neoliberais, oferecem desenvolvimento humano para a população de forma geral (VIDAL, ROLOFF e CEA-MADRI, 2018). Entretanto, depois da grande crise econômica estabelecida em 2008, ocorreu um desenvolvimento crítico que começou a ser expandido, tanto no campo acadêmico intelectual quanto nos movimentos político- institucionais/sociais para que, assim, pudessem atender as recomendações promovidas por organizações globais a fim de alcançar melhoras econômicas.

Desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os recursos sociais existentes até então demonstraram alguns indícios de crítica à implementação das políticas neoliberais e, com isso, ocorreu a construção de uma nova soberania. É exatamente com esse cenário que se inicia o legado de Hugo Chávez e o processo de constituição política da Venezuela.

É possível afirmar que Hugo Chávez possuía um caráter populista e carismático. Ele se tornou uma personalidade venezuelana que revitalizou a prática política populista por meio de seu discurso emocionalmente intenso que, efetivamente, sintonizava-se com a maioria da população (PINHEIRO, 2013).

Hugo Chávez ao ser questionado sobre a sua figura, que insere-se no contexto geopolítico e histórico e que ocupa um papel significativo no mundo, retratou-se como “humano, soldado e revolucionário”. Embora se apresente de maneira humilde, o líder venezuelano demonstra que pretendia elaborar uma aura mística à sua imagem, uma figura transcendental, um messias destinado a guiar seu país (PINHEIRO, 2013).

Na Venezuela no século XXI, Chávez percebeu que havia lugar no mundo – especialmente na América Latina – para quem se apresentasse como principal inimigo dos Estados Unidos. O enfrentamento não se dava simplesmente pela disputa, mas principalmente pelo confronto ideológico.

Durantes alguns anos, Fidel Castro² esteve nesse papel, contudo a idade e a crise do regime castrista, demandou-se que a esquerda latino-americana possuísse um outro líder político com discurso que conseguisse convencer a maioria.

² Fidel Alejandro Castro Ruz foi um grande político e revolucionário de Cuba, considerado um árbitro da política e o mais representativo. Ele era caracterizado por ser nacionalista e marxista-leninista. Foi presidente de Cuba de 1976 a 2008.

A partir da chegada de Hugo Chávez na cena política latino-americana, buscou-se então cumprir o seu grande objetivo que era entrar para a história e tornar-se um grande mito. Portanto, sua figura carismática e polêmica suscitaram diversos debates e reflexões redigidos ao seu caráter histórico.

A eleição do presidente Hugo Chávez em 1998 foi consequência de um choque de partidos de posicionamento de esquerda agrupados no chamado Pólo Patriótico e na criação do Movimento da Quinta República (MVR), que progressivamente tornou-se um novo partido político que substituiu a elite tradicional, AD e COPEI. Essa segregação foi entendida pelas condições de esgotamento do modelo político e dos participantes tradicionais, mudando a liderança que integrava os novos atores políticos ligados a Hugo Chávez e o projeto político que se materializou com o Processo Constitucional, em 1999.

Chávez retoma características teóricas de ordem universal em diálogo com a individualidade da Venezuela e sua ocasião histórica. Portanto, isso deixa transparecer a grandeza de seu pensamento, a superação de conceitos abstratos e formais, por uma visão concreta, saturada de mediações e particularidades. O pensamento de Hugo Chávez sobre o socialismo não é absolutista ou simples; porém, é difícil para ele perecer com o tempo, tensões e crises que afetaram a sociedade venezuelana. Seus ideais são sempre retomados por gerações porque o nível teórico abre o grande estímulo de estudar e analisar a projeção histórico-concreta do "socialismo bolivariano" na Venezuela, cujo futuro continua em aberto. É o objeto e uma fonte de esperança para uma vida melhor para a sociedade venezuelana.

O presidente Chávez nomeou seu projeto de "Revolução Bolivariana", inspirada na grande figura reconhecida de Simón Bolívar. O principal objetivo do projeto seria alcançado a partir da Agenda Bolivariana Alternativa nas áreas econômica, social, política e internacional. Ele também alterou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela e nomeou o principal instrumento de organização social para os Círculos Bolivarianos que é um conselho de trabalhadores venezuelanos, tornando-se um movimento popular de apoio à Revolução Bolivariana, todos inspirados pelo Libertador Simón Bolívar.

O projeto acima citado alcançou sua materialização institucional com a Constituição de 1999. O primeiro aspecto que introduziu esse projeto político foi a transição de uma democracia consensual que favoreceu os atores do Sistema Político de Conciliação (CEP) a uma democracia estruturada ao conceito de cidadania, baseando-se nos princípios de corresponsabilidade social, ampla participação dos cidadãos nas gestões públicas e sua ascensão social (VIDAL, ROLOFF e CEA-MADRI, 2018). Nesse contexto, o político e o

democrático foram anexados a partir de uma nova forma de legitimação do poder por meio da participação social e de manifestações diversas.

No ano de 2001, deu seguimento à aprovação das Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007, com as quais o Estado foi dotado de um primeiro instrumento normativo que orientaria sua ação de acordo com as diretrizes constitucionais.

Em 2005, Hugo Chávez citou o "socialismo do século XXI" e estabeleceu nos países latino-americanos uma definição para refletir sobre suas bases teóricas e sua junção com os processos sociais concretos. Tomando por base Marx, pelo que se pode entender, este não estabeleceu um corpo teórico ou alguma finalização sobre a transição para o socialismo e a sociedade comunista (VIDAL, ROLOFF e CEA-MADRI, 2018), ou seja, há uma espécie de campo aberto que precisa ser construído para cada povo e sociedade, de maneira efetivamente diferenciada, que se encaixe em seus moldes. Dessa forma, estudar e compreender o movimento de transição para a sociedade socialista e comunista, tanto de forma teórica quanto em seu processo histórico-concreto, torna-se extremamente importante para estabelecer constância, interrupções, erros e acertos que vão de encontro a um horizonte de desenvolvimento da sociedade.

Desde sua criação, um conjunto de normas, leis e práticas sócio-políticas amplia o desenvolvimento do país. Sua influência diversifica política externa intra e supra regional, transitando pela modalidade de política social, até a existência de uma estrutura estatal que permanece marcadamente centralista, apesar da inclusão no ano de 1999 da descentralização como norma constitucional (VIDAL, ROLOFF e CEA-MADRI, 2018).

A Constituição foi o primeiro passo para lançar as bases do projeto político "Revolucionário Bolivariano". A partir disso, emergiram novas ideias que permitiram radicalizar o processo com as políticas que o governo de Chávez implementou progressivamente. Dentre tais políticas, a descentralização do poder.

A descentralização molda a primeira diretriz da política pública do presidente (ITRIAGO e MARIELA, 2010). A proposta está contida no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007, formulado pelo Governo (MPPPD, 2001). É um plano que parte do diagnóstico de que o progresso do país foi decaindo pelo padrão territorial de concentração das atividades econômicas e populacionais. Nesse sentido, o Estado deve organizar os recursos e forças sociais, econômicas e políticas do país para mudar o peso dos aglomerados urbanos e focar na política de descentralização.

Apesar disso, os líderes de Chávez muitas vezes priorizavam as metas sociais e culturais em detrimento das econômicas. Por exemplo, a proposta de emenda constitucional de Chávez (derrotada nas urnas em 2007), que prometia reduzir a semana de trabalho de 44 para 36 horas, visava colocar as metas culturais e sociais à frente das econômicas (ITRAGO e MARIELA, 2010). Dentro de um contexto regional neoliberal, essa proposta não se adequaria, pois, ao invés de gerar mais recursos e rendas, aumentava em muito os gastos sociais.

O gasto social é uma referência importante para analisar esforços e políticas públicas na Venezuela. Com isso, esse tipo de gasto conduz mais da metade dos recursos financeiros do Estado, que é um exemplo dessa relevância (SILVA, 2007). Mas, no âmbito dos mandatos presidenciais de Hugo Chávez, essa importância foi atribuída pela alta prioridade que sua política estabeleceu às políticas sociais.

Nesse sentido, pode-se inferir que, pelo menos entre os anos de 2006-2009, ocorreram os mais numerosos gastos sociais de toda a história das finanças públicas venezuelanas (SILVA, 2007), ultrapassando os níveis que as despesas sociais alcançaram entre o período de 1978 e 1981, cobertas das explosões anteriores da receita do petróleo.

Durante os períodos presidenciais de Hugo Chávez, duas fases podem ser distinguidas em termos de gasto social público: o período 1999-2003, no qual houve um crescimento significativo das despesas se comparado aos governos anteriores; e o período de 2004-2009, em que aumentou-se de forma rápida os gastos sociais que atingiram o mais alto nível na história das finanças públicas. O aumento dos gastos sociais, ainda, é um fato muito favorável, na medida em que o Estado prioriza a melhoria de condições de vida da população e que se expande como um estado social eficaz. A reflexão sobre isso e suas perspectivas de gastos tem de ser analisada para que, assim, haja uma completa visão de uma gestão social do governo. E foi nesse cenário que o governo de Chávez foi estabelecido.

Nesse cenário político e econômico preestabelecido, lançando mão de um comando assistencial, a política de Hugo Chávez juntamente com a conjuntura internacional fez com que o preço do petróleo caísse, pois com a restrição da atuação de empresas internacionais no país, obteve-se grande gasto, pouco retorno e geração de capital, deixando o país desguarnecido de produtos de necessidades básicas e dando a Chávez a única saída de baixar o preço de sua principal matriz econômica, que, por conseguinte, é a base da economia venezuelana, o que consolidou a crise vivida pela Venezuela ainda hoje.

Hugo Chávez saiu do poder com a sua morte em 2013, aos 58 anos de idade. Sua morte provocou novas eleições que elegeram seu sucessor, nomeado anteriormente pelo próprio Chávez: Nicolás Maduro. Mesmo após sua morte, ocorreu uma tentativa de transformá-lo em inspiração permanente. O “mito” Hugo Chávez foi estabelecido e os seus discípulos políticos tinham o dever de preservar historicamente aquilo que é entendido por chavismo e exaltar o legado da revolução bolivariana.

A seguir, vamos tratar do governo sucessor de Hugo Chávez, exercido por Nicolás Maduro.

1.2.2 ERA MADURO

Sobre Nicolás Maduro, podemos afirmar que, apesar do espaço-tempo e das diversas condições históricas comparadas com Hugo Chávez, pode ser considerado um paralelo entre dois processos revolucionários. Quando Maduro chega à primeira magistratura, já havia uma rotinização do processo bolivariano que deparou-se com a necessidade de dar continuidade ao seu domínio, porém sem a presença da característica carismática do anterior. Ciente disso, Maduro tenta compensar-se discursando profusamente o que Hugo Chávez dizia anteriormente. Entretanto, Nicolás Maduro não tem esse dom especial em seu discurso, que indique uma personalidade carismática como a de Chávez (ARENAS, 2016).

O acesso à presidência da República por Nicolás Maduro destacou, por outro lado, o grande peso político que a condição carismática de Chávez teve no curso da revolução bolivariana. A quase ausência dessa característica em seu sucessor e o reconhecimento disso, fundamenta os contínuos esforços para moldar seu carisma recorrendo à figura de seu mentor (ARENAS, 2016).

Nesse contexto, Nicolás Maduro assume o comando venezuelano em abril de 2013, já em uma economia bastante fragilizada tentando encontrar outras formas de melhorar a condição de vida do povo. Maduro começa seu governo nesse cenário pouco favorável, com os objetivos de diminuir a alta inflação, a falta de abastecimento de produtos básicos no país e, além disso, e talvez o mais importante, Maduro tem buscado desde então formas de contornar o bloqueio financeiro imposto pelos Estados Unidos e ainda de não depender tanto da relação com a economia norte-americana. E esta situação vem se arrastando por anos, com reflexos na atualidade. Sabe-se, inclusive, que é do interesse norte-americano que os países periféricos como a Venezuela, tenham essa situação crítica perpetuada, pois isso é garantia de fortalecimento da hegemonia estadunidense na América Latina.

Durante esses anos de mandato, a situação política, econômica e social do país foi cada vez mais decaindo e, nas eleições legislativas ocorridas em 2015, parte significativa da oposição conquistou os bancos da Assembleia Nacional. A oposição já tinha o objetivo de deslocar o presidente Maduro e foi assim que as diferentes possibilidades e estratégias oferecidas pela Constituição e pela legislação venezuelana foram antecipadas para a saída do presidente.

A crise econômica, política e social da Venezuela se consolidou sob o mandato presidencial de Maduro no ano de 2016, se tornando uma intensa deterioração econômica e social (ARENAS, 2016). A política dividiu a sociedade venezuelana entre chavistas e anti-Chávez.

A situação da Venezuela e a tentativa de derrubada do presidente Nicolás Maduro enquadram-se no arcabouço teórico das crises institucionais que podem resultar com o reequilíbrio do sistema ou com uma grave mudança que leva à queda de um presidente da república (ARENAS, 2016).

Na tentativa de encontrar uma saída eficaz para a situação da crise da Venezuela, Nicolás Maduro cria uma criptomoeda³ em 2018, o Petro (*El Petro*). A moeda é emitida pelo próprio Estado venezuelano e sua equivalência está para um barril de petróleo (cerca de US\$ 60). Essa moeda será utilizada para o pagamento de taxas, impostos e transações no mercado externo.

Essa tentativa não tem sido vista de forma positiva aos “olhares internacionais” - (aqui lê-se “aos olhares dos Estados Unidos”) - e o Petro pode não vir a atrair grandes investimentos. Segundo o deputado da Venezuela, Jorge Millán, a invenção de moeda é “ilegal e inconstitucional” e, além disso, caso Nicolás Maduro não seja reeleito, a moeda pode se extinguir completamente (FEITOSA, 2018).

Ademais, os Estados Unidos, a maior economia do planeta até então, recusam fortemente o uso do Petro, alegando que a Venezuela está fazendo isso como uma forma de contornar as sanções estadunidenses e, com isso, as transações feitas com a criptomoeda são consideradas ilegais por este país. Segundo o atual presidente dos EUA, Donald Trump, todas e quaisquer transações a partir do Petro venezuelano ficam proibidas (FEITOSA, 2018).

Com esse cenário de crise econômica, a situação dos venezuelanos é a pior possível. Por conta da grave crise de desabastecimento⁴ e a sequente recessão, o que era apenas uma

³ Criptomoeda Petro: Foi criada pelo governo de Maduro, com base no preço do barril de petróleo venezuelano. Um petro começa valendo 3,6 milhões de bolívares soberanos, o que equivale a US\$60.

⁴ Falta generalizada de itens de necessidade básica nos mercados para servir a população de determinado local.

crise econômica se transformou em pouquíssimo tempo numa crise humanitária. Nesse contexto, grande parte da população venezuelana tem se refugiado em países com os quais fazem fronteira, como é o caso do Brasil.

No próximo capítulo será abordada a transição dos venezuelanos para o Brasil, cujo objetivo é melhorar suas condições de vida, tendo acesso à saúde, moradia e alimentação. Contudo, a população da Venezuela pode ser considerada como refugiada ou migrante? Estão conseguindo recomeçar suas vidas de maneira digna? Como estão sendo recebidos no território brasileiro? Neste capítulo responderemos a essas perguntas e discutiremos quais estratégias têm sido adotadas pelo governo brasileiro.

CAPÍTULO 2 – POPULAÇÃO VENEZUELANA RUMO AO BRASIL: MIGRANTES OU REFUGIADOS?

2.1 VENEZUELANOS: MIGRANTES OU REFUGIADOS?

Com tais acontecimentos na Venezuela, não podemos deixar de ressaltar que toda a população se vê acuada e disposta a mudar de país para sua sobrevivência, principalmente rumo aos países fronteiriços como o Brasil, cujo trajeto e mudança se tornam mais simples por conta da quase contiguidade territorial. Com isso, surge o termo "refugiados venezuelanos", que desperta controvérsias entre a mídia e estudiosos, com relação aos conceitos de migrantes e refugiados. Entretanto, as pessoas que vêm da Venezuela são migrantes ou refugiadas?

Podemos inferir que migrantes e refugiados são termos completamente distintos, portanto, obtêm significados diferentes. Refugiado é aquele que está fora de seu país por razões como temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possam ou não queiram voltar para casa, segundo o Estatuto dos Refugiados (1951). Ao refugiado associa-se uma situação de refúgio, de fuga, por alguma situação adversa. Oposto a isso, a migração é compreendida como um processo voluntário, por exemplo, pessoas que buscam melhores empregos, ou qualificação profissional. Ou seja, essas podem voltar para casa em segurança e viver de forma tranquila no seu país. Outrossim, refugiados não podem voltar para casa, pois não teriam a garantia da segurança de sua própria vida.

Para melhor entendimento, ampliando o escopo de observação, podemos tomar por base no contexto africano, um exemplo do conceito de refugiados que pode ser entendido a partir da conjuntura de 1974, quando muitas nações ampliaram o conceito de refugiado, através da Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA). Criou-se essa convenção objetivando a proteção aos migrantes forçados que cresciam em número significativo em razão de diversos conflitos existentes, por conta do fim da era colonial na África.

A Lei Brasileira número 9.474/1997, que define propostas para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, estabelece o entendimento desse conceito, conforme a seguir:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Portanto, o termo refugiado é estabelecido também em casos que, devido a uma violência, ocupação/invasão externa, dominação por parte estrangeira ou a fatos que agridam a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país que se tem nacionalidade, seja obrigada a abandonar sua residência habitual para se alojar noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade, como forma de refúgio. Além disso, considera também como refugiado os que sofrem perseguição classificada pelas mais diversas ordens, classificação que vai de questões de etnia até a nacionalidade. Tal lei reconhece ainda como refugiados todos aqueles que se encontram em um território caracterizado por situações de grave e generalizada violação dos Direitos Humanos.

Com relação à migração, podemos caracterizar pelo menos duas formas de ocorrência desse processo: aquele pelo qual o imigrante postula um visto de entrada (sendo a concessão deste analisada sobre a conveniência de recebimento e acolhida do imigrante no país de destino) e há o regime do Mercosul (cuja análise sobre a conveniência é presumida por conta da situação previamente imposta de livre circulação de pessoas dentro do bloco). Já os regimes de acolhimento humanitário são diferentes, pois a valorização da dignidade do imigrante deve ser superior. O Brasil, em caso de refúgio, se comprometeu internacionalmente a permitir que pessoas que passam por essa situação vivam no país de maneira legal (BARBOSA e OBREGON, 2018), tendo garantido seus direitos e deveres.

Assim sendo, com esses conceitos previamente apresentados, estabeleceremos então a relação desse processo nos referindo a estes venezuelanos que têm chegado ao Brasil como *refugiados*, que de fato o são, já que essa transição não tem sido feita de forma voluntária, e sim, para refugiar-se de uma grave crise econômica e humanitária no seu país de origem.

O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) é um órgão da ONU que possui uma importância indiscutível acerca dos refugiados, que inclusive possui

mais definições para este termo, passando a considerá-lo como: “as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos” (BARBOSA e OBREGON, 2018).

Outrossim, alguns especialistas consideram os venezuelanos como migrantes, causando novas discussões acerca dos termos empregados. Para a ACNUR não há dúvidas que os venezuelanos se encaixem perfeitamente na situação de refugiados, dessa forma, para tal órgão, os termos refugiados e migrantes não passam nem perto de serem sinônimos, ao contrário disso são distintos, caracterizando condições díspares, inclusive sobre o direito internacional.

Dessa maneira, foi estabelecida para esta pesquisa a denominação dos venezuelanos que vem para o Brasil como refugiados. Importante ressaltar que, mesmo sendo reconhecidos como tal, esse fato não tem garantido aos venezuelanos os direitos básicos para a sua sobrevivência. De acordo com estudos e reportagens atualizadas, as condições de vida dos venezuelanos em território brasileiro são pouco favoráveis.

2.2 CONDIÇÕES DOS VENEZUELANOS NO BRASIL

A migração (entendida aqui como movimentação e saída de determinado território) nem sempre é um processo simples. A situação de refúgio é pior ainda. Tanto o migrante como o refugiado sempre será “o outro”, em uma terra estranha. Mesmo partindo de acordos internacionais, a recepção e a acolhida de refugiados em qualquer território fora de seu domicílio não têm sido encarada como tarefa simples pelos países que vivenciam tal situação.

Nesse contexto, é fundamental discutir e analisar como preparar o território e a população nativa de dado local para tal recepção, de forma que dialogue com os refugiados, com o objetivo de encarar de maneira diferente, porém adequada, à situação dessas pessoas, tomando por base as dificuldades de se começar uma nova vida em território alheio.

O Brasil é um país que possui extensas fronteiras na América do Sul. Os venezuelanos chegam ao Brasil principalmente entrando por Roraima, região fronteira que por falta de planejamento e de capital humano não é fiscalizada como tal, facilitando, portanto, a entrada via terrestre de pessoas de outras nacionalidades, além de drogas ilícitas. Sendo assim, a entrada de venezuelanos por esse caminho torna-se comum, uma vez que a situação da Venezuela é grave e com isso, entende-se que a travessia é a melhor solução. Entretanto, alguns problemas internos no próprio país para o qual os refugiados decidiram migrar, fazem com que todo esse processo seja ainda mais dificultado, como por exemplo, problemas sociais, desemprego e a alta violência.

Roraima é o estado mais setentrional do Brasil, sendo também o menos populoso. A economia desse estado é completamente dependente de repasses do governo federal e é limitada aos setores extrativista e agropecuário.

Roraima apresenta, na parte ocidental e meridional, parte de sua cobertura vegetal pertencente à Floresta Amazônica, com suas principais características enquanto floresta densa e úmida. Há uma grande semelhança entre a região brasileira amazônica e a região da Ciudad Guayana (estado Bolívar, que é uma das regiões administrativas da Venezuela), com relação à demografia e à economia. Ambos os territórios possuem baixa densidade demográfica e têm pouco desenvolvimento econômico. Apesar disso, quando comparamos o estado de Roraima com o estado de Bolívar, este último caracteriza-se com um dinamismo econômico um pouco mais acentuado, sendo o resultado da forte atividade extrativista e produção de energia, que fornece uma produção econômica bem mais aguçada do que àquela parcela do território brasileiro.

Desenvolveu-se, na cidade de Puerto Ordaz (próxima a Bolívar) a indústria siderúrgica, que aumentou e impulsionou a produção na região em que se encontra. Além disso, a pequena cidade de Santa Elena de Uiarén, é dedicada ao comércio de pedras e metais preciosos, turismo de fronteira e ao comércio de produtos nacionais e importados, principalmente para os brasileiros. Apesar destes destaques, a situação na província venezuelana continua instigando a saída daqueles nativos para o território brasileiro.

Serrano (2010) cita a fala de Rosana Baeringer, pesquisadora da Unicamp, com relação a essa problemática dos refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil: “a sociedade brasileira não está preparada para lidar com o crescimento do fluxo de imigrantes, com a nova circulação de populações no mundo”, diz. Nesse sentido, com o grande fluxo estabelecido no território, a cidade de Roraima decretou estado de emergência, sendo necessário maior apoio e recursos do Estado brasileiro, o que na verdade não ocorre.

Nesse contexto, instaurou-se uma situação alarmante e de difícil controle em Roraima, de maneira que a sociedade e as autoridades não estão conseguindo dar conta de forma efetiva. A saúde pública já não consegue há tempos atender adequadamente os nativos, tampouco os refugiados. Com um expressivo aumento do fluxo de pessoas, nativas ou não, a ínfima estrutura da saúde brasileira não dá conta de suprir todas as demandas. Além disso, constatou-se após a chegada dos venezuelanos em território brasileiro, um aumento de doenças como o sarampo, doença erradicada há alguns anos (BARBOSA e OBREGON, 2018).

No âmbito social, as dificuldades são as mais diversas. A falta de moradia, alimentação e emprego é alarmante. Há registros de que o número de roubos e violência nos estados de Roraima e do Amazonas, ambos na região norte do Brasil, tem crescido por conta desse grande fluxo de novas pessoas no território brasileiro e temos vivenciado ações graves de xenofobia por parte dos brasileiros (MENDONÇA, 2018). Houve um relato emblemático de dois casos de atentados a venezuelanos de forma brutal, casos que violam extremamente a dignidade humana. Isso fez com que uma parcela dos refugiados voltasse ao seu país de origem, mesmo com a situação no qual se encontra.

Outra questão social que tem envolvido os venezuelanos e esse fluxo migratório, sobretudo na cidade de Boa Vista, é o aumento da prostituição de mulheres venezuelanas nas ruas da cidade (BARBOSA e OBREGON, 2018), sendo sua grande concentração na Avenida dos Imigrantes, no bairro Caimbé. Isso ocorre porque grande parte dessas pessoas não consegue emprego formal e, portanto, para obter formas de sobrevivência desenvolvem atividades informais como, por exemplo, a prostituição, a venda de produtos contrabandeados em feiras e semáforos, fazem “bicos”, ou mesmo vivem da mendicância.

Boa Vista, que está distante apenas 230 km da divisa com a Venezuela, tem como principal acesso a BR 174. Tal trajeto é rodeado por pequenas localidades e comunidades indígenas. Assim, o controle sobre a transição na fronteira não é efetivo, pois possui apenas um posto da Polícia Federal no município de Pacaraima (PEREIRA, 2017).

A Avenida Venezuela é a principal via de acesso ao Brasil após percorrer a BR174, sendo uma das vias mais movimentadas de Roraima e ainda, em sentido sul une Roraima ao estado do Amazonas e, para o norte, encerra na fronteira com a Venezuela. A avenida é caracterizada por estabelecer diversos pontos comerciais, principalmente àqueles ligados à autopeças e serviços de mecânica que compartilha o espaço com postos de gasolina, farmácias, escolas, prédios públicos, restaurantes, bares e diversos sinais de trânsito nas cruzadas de avenidas igualmente movimentadas que interligam bairros mais urbanizados com os mais interioranos. Sendo esse, portanto, o principal local que se concentram venezuelanos refugiados em busca de melhores condições de vida.

O mapa a seguir apresenta a localização principal da fronteira do Brasil com a Venezuela, destacando o município de Pacaraima (RR), uma das principais vias de acesso dos venezuelanos para o Brasil.

Mapa 1 – Fronteira do Brasil com a Venezuela



Fonte: Google imagens

Toda essa forma de acesso terrestre ao Brasil facilita a entrada dos Venezuelanos, cujo objetivo principal é ter reconhecimento da sua condição temporária na cidade em busca de renda e emprego. Diversas pessoas também tentam levar alimento à família que ainda está em território venezuelano, sendo essa uma maneira de combater o que chamam de "la dieta de Maduro". Tal termo faz relação à atribuição de responsabilidade total ao governo de Nicolás Maduro ao desabastecimento alimentício no país.

Não cabe discutir no atual capítulo se essa grande responsabilidade unilateral existe, se a culpa é do mercado ou da pressão opositora estabelecida, o que cabe ressaltar é a grande centralidade do tema sobre a alimentação, quando diversas pessoas são obrigadas a entrar em situações de constrangimento ao tentar a sorte no Brasil ou em outros países da fronteira.

Para que os venezuelanos pudessem aumentar o seu tempo no Brasil sem que sofressem ameaças das forças armadas brasileiras, houve o pedido de refúgio que, portanto, ao ser iniciado esse processo os mesmos conseguem adquirir mesmo que seja de maneira temporária, os direitos sociais, bem como emprego e escola para seus filhos.

O espaço de instalação inicial dos venezuelanos se encontra em torno da rodoviária da cidade de Boa Vista, uma vez que não possuem condições financeiras para conseguir moradia. No geral, se instalam em canteiros e em praças na cidade, onde armam barracas nesses

espaços públicos, fazendo deles sua moradia provisória até que consigam renda para viver de forma mais digna (PEREIRA, 2017).

O governo de Michel Temer assinou um decreto que reconheceu a situação alarmante no território de Roraima (PEREIRA, 2017). Tal decreto sugere outras formas de modificar a situação do local, visando a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial, a fim de expandir as possibilidades de mobilização, distribuição da população em território nacional e o apoio à interiorização da população venezuelana.

Um processo que também está sendo verificado nesse contexto é a interiorização, que é a transferência desses refugiados para as áreas mais interioranas do país. O governo brasileiro propôs que parte desses refugiados fosse para outros estados do território, como Salvador (BA), para que consigam melhores oportunidades de emprego e que possam recomeçar suas vidas. Além disso, em Boa Vista (RR) há dez abrigos, porém muitos desses sem os recursos necessários para uma adequada assistência àquela população. Ainda assim, essa tentativa visa minimizar os efeitos calamitosos dessa situação e amenizar a condição precária dos refugiados venezuelanos em território brasileiro (ONU, 2018).

Portanto, o processo de refúgio dos venezuelanos parece bem mais complexo do que se imagina. Apesar da Organização das Nações Unidas – ONU – estabelecer que a comunidade internacional é corresponsável em situações humanitárias que coloquem a vida de populações em risco, como vem ocorrendo na Venezuela, a aceitação pelo Brasil dos refugiados venezuelanos não apresentou até o momento os recursos e o desenvolvimento necessários para tal ação, por conta principalmente do alto fluxo migratório.

Acredita-se, sobretudo, que no momento, o Brasil não tem condições estruturais para abrigar os refugiados venezuelanos (PEREIRA, 2017). Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), até meados de 2018, mais de 30 mil refugiados venezuelanos entraram no país (SILVEIRA, 2018). Contudo, há quem acredite que a entrada de refugiados venezuelanos no país possa significar um “incremento para o desenvolvimento”. Segundo a pesquisadora Cindy Huang, da organização Center for Global Development (CGD), a maneira como a gestão nacional receber essas pessoas, fará toda a diferença: “se os imigrantes e refugiados são um peso ou uma oportunidade depende das escolhas políticas”, diz (WENTZEL, 2018). Entretanto, o que se tem vivenciado na prática é uma situação bastante adversa da população venezuelana em território brasileiro e apesar da crise da Venezuela ser principalmente humanitária, mesmo com os problemas conhecidos e enfrentados, parte dessa população prefere arriscar e tentar recomeçar suas vidas em nosso território, mesmo que essas condições sejam ainda muito precárias.

2.3 INTEGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS AO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A intensa transição dos refugiados interfere diretamente não apenas nos Estados-nação para os quais estes migram, mas também nas relações internacionais, já que essas migrações ocorrem entre países soberanos que compõem a engrenagem do sistema internacional. Desse modo, o abrigo de refugiados pelo Estado, portanto, gira em torno da discussão de inclusão e exclusão, aceitação e rejeição, desejáveis e indesejáveis. Juntamente a isso fornece-lhes a incerteza, a fragilidade e indefinição dos acontecimentos, fazendo com que tais atitudes separem os que serão inseridos no ciclo social, cultural e político daqueles que não são privilegiados de tal forma.

Esses migrantes, infelizmente, ainda são vistos como “estrangeiros”, pejorativamente falando, já que não pertencem ao país de refúgio e serem estranhos aos códigos compartilhados, além de ter diferente identidade cultural, religiosa, linguística e étnica do país ao qual está estabelecido provisoriamente.

O termo refugiado aborda as noções de transitoriedade, provisoriedade e temporalidade. Ao fazer o deslocamento entre o país de origem e o de refúgio, essas pessoas acabam ocupando uma posição de “não pertencente” no termo identitário, cultural, sociais e jurídicas, ao deixar de exercer o status de cidadão no país de origem para tornar-se refugiado no país receptor (BERTINO, 2014).

O reconhecimento de refugiados em um país envolve diversos fatores complexos tanto na questão de política externa quando doméstica. O país que acolhe esses refugiados pode utilizá-lo como uma forma de deslegitimar o país de origem, considerando-o como repressor ou violador dos direitos humanos. Pode também considerá-los como pesado encargo socioeconômico ou uma grande ameaça à segurança do país ou à identidade nacional.

O estatuto dos refugiados os considera como uma condição provisória, pois, em tese, os mesmos tendem a voltar ao seu país de origem restabelecendo seus direitos humanos e sua segurança. Porém, há fatores que se estendem durante muitos anos e dificultam a volta à sua terra natal e causa graves implicações às comunidades dos países acolhedores. Uma questão interessante de analisar e observar a esse respeito é a completa ausência da participação dos próprios refugiados em programas e ações políticas destinados a eles. Portanto, estes não são vistos como principais protagonistas capazes de influenciar de maneira positiva nas possíveis ações governamentais, o que causa sérios conflitos no processo de integração local (BERTINO, 2014). Percebe-se que são vistos como grandes problemas que devem ser friamente geridos e solucionados, já que requer o intenso envolvimento do Estado para articular possíveis soluções.

A integração social refere-se ao contato do refugiado quando ele começa a interagir em um novo contexto, nesse caso, a comunidade receptora. Essa abordagem considera a integração uma grande via de mão-dupla que exige a adaptação de ambos os lados, o que implica nos valores, normas e comportamentos, tanto para os refugiados quanto para os componentes da comunidade local. Junto a isso, é necessário que haja oportunidades de emprego e acesso a serviços bem como a aceitação saudável dos refugiados, traçando os caminhos da interação social e aquisição de direitos (BERTINO, 2014).

A integração é um termo abrangente que abarca diversos processos, cada um deles possuindo o seu modo único de operação e significado, fazendo parte de temporalidades que produzem resultados variáveis. Portanto, é extremamente provável que essas pessoas possam ter acesso ao mercado de trabalho, mas que ainda assim sejam excluídas ou tenham desvantagem educacional, podendo ser incluídas em diversas áreas, mas excluídos da participação política ou em qualquer outra forma de interação social. Sugere ainda que os refugiados devem ser incluídos aos programas ou políticas de integração que possam existir no país receptor, porém não é o que se verifica na realidade.

Essa perspectiva atual pode colocar em risco possibilidades de escolha, tal como o desenvolvimento dos refugiados que não possuem voz no processo que interfere diretamente no seu bem-estar e suas oportunidades de vida. Além disso, os programas e políticas que são voltadas a essa integração dependem totalmente das instituições e decisões do governo. Porém, é evidente o desconhecimento dos mesmos sobre as necessidades reais dos refugiados, as dificuldades do acesso e a possibilidade de concretização dos direitos que deveriam ser estabelecidos. São por esses motivos que é de suma importância que os refugiados participem, opinem e exponham suas percepções sobre esse processo de integração vivenciado por eles.

Há extrema necessidade de abrir espaço para que eles se manifestem sobre como percebem a dinâmica de recepção e como enxergam os objetivos traçados nos programas, fazendo com que o "sucesso" desse processo seja incorporado pelos olhares dos migrantes forçados.

O marco jurídico e institucional do Brasil aos refugiados foi destacado como inovador, pois incluiu o conceito ampliado dado pela Declaração de Cartagena de 1984 (instrumento regional estabelecido na América Latina).

O Comitê Nacional para os Refugiados, CONARE, também foi importante na contribuição que inseriu a participação de atores da sociedade civil com direito a voto. Além disso, a legislação brasileira estabeleceu as chamadas soluções duráveis, que frisava aos refugiados o repatriamento, reassentamento e a integração social. Porém, em relação a esta

última, foram tratadas apenas questões documentais referentes à educação. Portanto, não se concretizou a integração, tampouco foi prevista acessibilidade à políticas públicas.

Entretanto, não há quem diga que a integração percorre caminhos simples, pelo contrário, é complexo e envolve diversas questões socioeconômicas, culturais, sociais e políticas, portanto requer intenso trabalho e dedicação governamental se o objetivo deste for mesmo tentar melhorar a vida dos refugiados que estão sendo recebidos em sua fronteira (ROCHA; MENEZES, 2014).

É de suma importância que o refugiado consiga oportunidades de emprego, moradia, aprendizado da língua, utilização de serviços públicos, principalmente de saúde e educação. Partindo do que foi apresentado, a integração local enquanto “solução duradoura” refere-se a algo muito mais amplo e complexo – dialético, multidimensional e multi processual – do que é esperado no primeiro momento.

Fazendo-se uma ampla análise de todo esse processo no Brasil podemos afirmar que há grande dificuldade em diversas esferas, no qual podemos destacar o acesso aos serviços, programas sociais, condições de trabalho, além do grande índice de xenofobia (MOREIRA, 2014). É preciso que haja maiores esforços para que a integração seja de fato concretizada, fortalecendo o apoio e acolhendo de maneira digna os refugiados que estão vindo para o Brasil, conforme solicitação internacional.

Além disso, a condição migratória expõe diversos questionamentos, sobretudo no que abrange a questão da saúde das pessoas que transitam dessa forma, já que vivem em situações de deslocamento e riscos constantes. Por exemplo, os refugiados, em geral, fazem parte das migrações internacionais no Brasil, somando cerca de nove mil concessões de refúgio. Tais pedidos equivalem a mais de vinte mil solicitações formais no país (SILVEIRA, 2018), evidenciando o caráter importante de se obter minimamente um controle das fronteiras.

Nesse fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, teve o destaque de centenas de pessoas de etnia indígena que ocupavam lugares públicos, como por exemplo edificações, ruas e viadutos. Em Boa Vista e Manaus, principalmente, foi observada grande dificuldade no processo de formação no espaço de convivência que são feitas ações públicas e manifestações a fim de obter solidariedade e resistência a esses grupos marcados pela evidente pobreza.

Conceitualmente, as migrações fornecem cenários completamente diferentes e diversos, que apresentam os sentidos migratórios. Tais processos envolvem causas econômicas, políticas e ambientais, alavancando a transição dos indivíduos que acabam se expondo a situações de fragilidade durante todo o percurso. A circulação de sul-americanos, principalmente bolivianos e paraguaios que estão mais presentes na região sudeste do Brasil, é

objeto extremamente significativo nas análises migratórias do Cone Sul. Tais estudos vêm indicando o grande deslocamento de mulheres e homens e seus familiares em busca de emprego e expectativa de vida, essas situações impõe diversos riscos à saúde (SILVEIRA, 2018).

Todos esses processos sociopolíticos que os imigrantes são submetidos muitas vezes não são favoráveis à sua saúde. Algumas análises e observações sobre as condições de vida e concepções sobre adoecimento dos mesmos ganham destaque no país e faz com que haja intenções de formulações para mudar esse estado de vida e, assim, abrem perspectivas de compreender o processo saúde-doença e cuidado entre os refugiados. Malkki (1996) e Sargent e Larchanché (2011) destacam que os refugiados devem ser considerados como vítimas, podendo ser vistos como aqueles que trazem doenças; podem aumentar os riscos de problemas sociais e econômicos. Além desses aspectos citados há, ainda, a questão das divergências culturais, pela língua, vestimentas, códigos educacionais e conduta. De certa forma, os refugiados evidenciam diretamente na interação das comunidades.

Por fim, destacamos sobre a grande relevância de ampliar e estudar tal assunto, e produzir pesquisas. As contribuições seriam mais importantes se explorassem a perspectiva, percepções e experiências dos refugiados, a fim de estabelecer e captar como é feita tal integração. Apenas dessa forma, a partir de suas visões e opiniões, seria possível compreender tal fenômeno no país e, a partir disso, tentar fornecer abrigo e acolher de maneira digna essas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem desse tema é de suma importância para a sociedade na qual todos nós fazemos parte, sobretudo considerando o contexto latino-americano. Compreender e analisar politicamente o que vem ocorrendo na Venezuela nos permite ter visões diferentes sobre o tema em questão. Desse modo, é fundamental que estejamos a par dessa questão de suma importância para o contexto populacional, político e econômico sul-americano na atualidade. Importante ressaltar o papel da mídia, que por vezes nos traz informações diversas, as quais temos o dever de checar a veracidade, para não incorrer na atitude errônea de mera e simples repetição de elementos que nem sempre configuram ou compõem a realidade.

Além disso, procurar entender como funciona historicamente as relações existentes nos países latino-americanos facilita a compreensão do que ocorre durante anos em nosso continente e o perpetua até nos dias atuais, tornando-se um ciclo vicioso, no qual há poucas perspectivas de mudança, pelo menos em curto prazo.

Objetivamos dissertar e compreender as razões pelas quais parte da população da Venezuela tem se dirigido em direção ao Brasil, já partindo do princípio que àquele país estava (e ainda está) passando por uma grave crise econômica, que tomou ares de crise humanitária.

Os objetivos foram traçados de forma sucinta e abordados com base no que vem ocorrendo na Venezuela. Levando-se em conta que uma crise se estabelece de maneira gradual, portanto, demora alguns anos para que se concretize, foi considerado neste trabalho que a crise teve seu agravamento no governo de Hugo Chávez e, a partir disso, descrevemos suas escolhas em seu mandato a fim de obter resoluções dos problemas enfrentados no país. Após isso, partimos para o atual presidente, Nicolás Maduro, no qual também foi descrito algumas atitudes tomadas para tentar tirar a Venezuela da atual situação de crise.

Além das complicações econômicas inerentes ao país, analisamos também a influência dos Estados Unidos e do neoliberalismo na crise da Venezuela. Os Estados Unidos como uma grande potência mundial vem intervindo e até ameaçando gravemente o território venezuelano, já que esse território possui grande reserva petrolífera. Contudo, a Venezuela, assim como outros países da América do Sul, vem resistindo fortemente contra o sistema capitalista hegemônico, e, apesar de não ter características mais marcantes de um país socialista, faz jus à imagem do grande líder socialista Simón Bolívar. Este, por sua vez, expressa significativa influência nos países do Cone Sul.

Ademais, toda a situação existente nesse território faz com que milhares de venezuelanos sejam obrigados a deixar seu país e migrem para os países da sua fronteira,

muitos então vindos para o Brasil. O que vem ocorrendo nos faz refletir e pensar em como a população vem sendo acolhida em nosso território, e como efetivamente o governo brasileiro está lidando com isso.

É lamentável o que as populações de ambos os países vem sofrendo e o quanto isso não é considerado por parte do governo brasileiro, no qual não vem buscando ações concretas de melhorar as condições de vida das pessoas que ocupam o território de Roraima.

Por fim, é extremamente importante que haja luta em prol dos direitos humanos tanto dos brasileiros como dos refugiados, pois são estes quem paga o altíssimo preço e, por conseguinte, é a parte mais atingida nesse processo. A frustração de ter que sair de seu país de origem é real, e torna-se maior ainda ao se refugiar para um país que não demonstra real interesse e não apresenta as condições adequadas para efetiva melhora da condição de vida dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, W. Independencia, soberanía y justicia social en el pensamiento de Libertador Simón Bolívar. Caracas: Monte Ávila Editores, 2015.

ALMEIDA, M et al. Migração por sobrevivência: soluções brasileiras. n. 44, p. 221-236, jan./jun. 2015.

AMORIM, O. De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira. Campinas, Vol. VIII, nº2.

BERTINO, J. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. Brasília. , n. 43, p. 85-98, jul./dez. 2014. <https://s.team/p/fvpg-ghvm/>

CANO, W. Venezuela: Limites para uma nova política econômica. 2002.

CARLOS, J. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. Caxambu. 2017.

CERVETTO, Arrigo. O imperialismo: fase superior do capitalismo. Intervenção comunista. Milão, 2002.

COELHO, C; FERNANDO, M. Venezuela para além das fronteiras: análise do impacto da crise venezuelana na população e na saúde pública de Roraima. Out, 2018.

CORAZZA, F.; MESQUITA, L. “O que levou a Venezuela ao colapso econômico e à maior crise de sua história”. BBC News Brasil. 22/10/2018.

CORSI, f. l. A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 19, p. 11-29, nov. 2002.

FEITOSA, A. “A criptomoeda venezuelana foi lançada e Maduro diz que já arrecadou US\$ 735 milhões”. Gizmodo Brasil. 21/02/2018.

FURTADO, Celso. Ensaios sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Agosto, 2008.

FUSER,I. A America Latina: progressismo, retrocesso e resistência. Vol.42. Rio de Janeiro Nov. 2018.

GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H. Venezuela: Visões Brasileiras, instituto de pesquisa de relações internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2003

ITRAGO, Alvarez; MARIELA, Rosangela. Perspectivas de descentralização e participação cidadã no governo de Hugo Chávez (1999-2009). 2010.

MARTIN, D; GOLDBERG, A; SILVEIRA, C. Perspectivas de análise sociocultural. São Paulo. V, 27. 2018.

MENDONÇA, H. O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. EL PAÍS, Roraima, 27/08/2018.

NETO AMORIM, O. De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira
Opinião Pública, vol. VIII, núm. 2, outubro, 2002, pp. 251-274 Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.

ONU. Organização das Nações Unidas. “Em nova modalidade de interiorização, 30 venezuelanos são levados para Bahia”. (24 /10/2018).

PEREIRA, R. O Petróleo e a crise econômica venezuelana: impactos socioeconômicos na zona de fronteira Brasil-Venezuela no período de 2008 á 2015 In: TÍTULO DO EVENTO. Boa Vista. 2017.

PINHEIRO, W. A revolução bolivariana e a Venezuela de Hugo Chávez: história e interpretações (1999-2013). 2013.

PORTO, A. E. C. Comércio Internacional de Petróleo e derivados. / Antônio Eraldo Câmara Porto, Luiz Carlos Teixeira Guerra. Rio de Janeiro: Interciência: IBP, 2008.

ROCHA, R; SILVA, T. Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento anterior à determinação do status de refugiado. Curitiba. jan. 2014.

SANTORO, L. E. B. O Desenvolvimento Econômico da Venezuela no Governo de Hugo Chávez- 1999-2007. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, L. Receber, enviar e compartilhar comida: Aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. Brasília, v. 26, n. 53, ago. 2018.

SERRANO, F. “37 mil venezuelanos já pediram refúgio ao Brasil em 2018”. Revista Exame, São Paulo, 26/08/2018.

SILVA, P. Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo. São Paulo. 2007.

SILVEIRA, D. “Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos; somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE”. G1, 29/08/2018.

SLOBODA, P. A legalidade da entrada da Venezuela no Mercosul. 24 set.2014.

VIDAL, Paula; ROLOFF, Molina; CEA-MADRI, Juan. Hugo Chávez e os princípios do socialismo do século XXI: uma investigação discursiva (2005-2013). Santiago, out. 2018.

VILLA, R. Venezuela:mudanças políticas na era Chávez. 2005.

WENTZEL, M. “Como países como o Brasil podem se beneficiar da vinda de refugiados”. BBC News Brasil. 02/09/2018.